

**CONSELHO DE ARQUITETURA E
URBANISMO DO CEARÁ****CONTADOR****TIPO 1 – BRANCA****MATERIAIS**

- Este caderno de provas é composto por sessenta questões objetivas.
- As questões da prova objetiva são de múltipla escolha, com cinco opções de resposta e apenas uma correta.
- Fique atento! A conferência do material é responsabilidade do candidato! Verifique:
 - No caderno de provas: cargo, tipo e cor de acordo com as informações da etiqueta de carteira, bem como o número de questões previsto.
 - Na Folha de Respostas: dados pessoais e instruções.



Caso os dados estejam incorretos, o material incompleto, ou detenha qualquer imperfeição, comunique ao Fiscal de Aplicação.

PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

- É permitido apenas o uso de caneta esferográfica, feita de material transparente, de tinta azul ou preta.
- Sobre sua mesa deverão permanecer apenas a caneta esferográfica e o seu documento oficial de identificação.
- São proibidas: a sua comunicação com outros candidatos e a utilização de qualquer material de consulta, lápis, borracha, corretivo, calculadora, protetor auricular, eletrônicos e demais itens previstos no edital de abertura do certame.
- A sala de provas poderá ser monitorada. A tentativa de fraude ao processo configura CRIME (art. 311-A do Código Penal), cuja pena máxima é reclusão, de dois a seis anos, e multa.

TÉRMINO DA PROVA

- O período previsto para realização da prova abrange o preenchimento da Folha de Respostas.
- A anotação de informações relativas às respostas é permitida apenas no caderno de provas.
- Atenção ao preencher a Folha de Respostas. Caso haja erro de preenchimento, a Folha não será substituída.



Ao terminar a prova, entregue, obrigatoriamente, a Folha de Respostas, assinada no local indicado, ao Fiscal de Aplicação.

- Os três últimos candidatos só poderão sair juntos.
- Após entregar seu material, você não poderá utilizar o sanitário e/ou o bebedouro.
- Ao deixar a sala de aplicação, não faça uso do seu celular antes que tenha saído completamente da unidade escolar.

CARGO: CONTADOR

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para responder às questões de 01 a 10.

O primeiro beijo

Os dois mais murmuravam que conversavam: havia pouco iniciara-se o namoro e ambos andavam tontos, era o amor. Amor com o que vem junto: ciúme.

– Está bem, acredito que sou a sua primeira namorada, fico feliz com isso. Mas me diga a verdade, só a verdade: você nunca beijou uma mulher antes de me beijar?

Ele foi simples:

– Sim, já beijei antes uma mulher.

– Quem era ela? perguntou com dor.

Ele tentou contar toscamente, não sabia como dizer.

O ônibus da excursão subia lentamente a serra. Ele, um dos garotos no meio da garotada em algazarra, deixava a brisa fresca bater-lhe no rosto e entrar-lhe pelos cabelos com dedos longos, finos e sem peso como os de uma mãe. Ficar às vezes quieto, sem quase pensar, e apenas sentir era tão bom. A concentração no sentir era difícil no meio da balbúrdia dos companheiros.

E mesmo a sede começara: brincar com a turma, falar bem alto, mais alto que o barulho do motor, rir, gritar, pensar, sentir, puxa vida! como deixava a garganta seca.

E nem sombra de água. O jeito era juntar saliva, e foi o que fez. Depois de reunida na boca ardente engolia-a lentamente, outra vez e mais outra. Era morna, porém, a saliva, e não tirava a sede. Uma sede enorme maior do que ele próprio, que lhe tomava agora o corpo todo.

A brisa fina, antes tão boa, agora ao sol do meio-dia tornara-se quente e árida e ao penetrar pelo nariz secava ainda mais a pouca saliva que pacientemente juntava.

E se fechasse as narinas e respirasse um pouco menos daquele vento de deserto? Tentou por instantes mas logo sufocava. O jeito era mesmo esperar, esperar. Talvez minutos apenas, talvez horas, enquanto sua sede era de anos.

Não sabia como e por que mas agora se sentia mais perto da água, pressentia-a mais próxima, e seus olhos saltavam para fora da janela procurando a estrada, penetrando entre os arbustos, espreitando, farejando.

O instinto animal dentro dele não errara: na curva inesperada da estrada, entre arbustos, estava... O chafariz de onde brotava num filete a água sonhada.

O ônibus parou, todos estavam com sede mas ele conseguiu ser o primeiro a chegar ao chafariz de pedra, antes de todos.

De olhos fechados entreabriu os lábios e colou-os ferozmente ao orifício de onde jorrava a água. O primeiro gole fresco desceu, escorrendo pelo peito até a barriga.

Era a vida voltando, e com esta encharcou todo o seu interior arenoso até se saciar. Agora podia abrir os olhos.

Abriu-os e viu bem junto de sua cara dois olhos de estátua fitando-o e viu que era a estátua de uma mulher e que era da boca da mulher que saía a água. Lembrou-se de que realmente ao primeiro gole sentira nos lábios um contato gélido, mais frio do que a água.

E soube então que havia colado sua boca na boca da estátua da mulher de pedra. A vida havia jorrado dessa boca, de uma boca para outra.

Intuitivamente, confuso na sua inocência, sentia intrigado: mas não é de uma mulher que sai o líquido vivificador, o líquido germinador de vida... Olhou a estátua nua.

Ele a havia beijado.

Sofreu um tremor que não se via por fora e que se iniciou bem dentro dele e tomou-lhe o corpo todo estourando pelo rosto em brasa viva.

Deu um passo para trás ou para a frente, nem sabia mais o que fazia. Perturbado, atônito, percebeu que uma parte de seu corpo, sempre antes relaxada, estava agora com uma tensão agressiva, e isso nunca lhe tinha acontecido.

Estava de pé, docemente agressivo, sozinho no meio dos outros, de coração batendo fundo, espaçado, sentindo o mundo se transformar. A vida era inteiramente nova, era outra, descoberta com sobressalto.

Perplexo, num equilíbrio frágil.

Até que, vinda da profundidade de seu ser, jorrou de uma fonte oculta nele a verdade. Que logo o encheu de susto e logo também de um orgulho antes jamais sentido: ele...

Ele se tornara homem.

(*LISPECTOR, Clarice. Felicidade Clandestina: Contos. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.*)

Questão 01

No conto “*O primeiro beijo*”, a experiência do protagonista junto ao chafariz transcende a mera satisfação de uma necessidade fisiológica. A partir da leitura integral do texto, depreende-se que a “*sede*” descrita pelo narrador assume um caráter:

- A) Punitivo, uma vez que o calor do sol do meio-dia e a aridez do vento representam o sofrimento inerente às descobertas amorosas frustradas.
- B) Acidental, pois o encontro com a estátua de pedra é um evento sem correlação com o estado interno de tensão e sobressalto vivido pelo personagem.
- C) Biológico, servindo como um recurso narrativo para justificar o comportamento impetuoso do jovem diante dos demais companheiros de excursão.
- D) Simbólico e existencial, funcionando como uma metáfora para o despertar de desejos e pulsões que culminam na transição da infância para a maturidade.
- E) Maternal, visto que o contato com a água e a brisa fresca remete diretamente à proteção e ao afeto recebidos na infância, impedindo o crescimento do jovem.

Questão 02

Em relação às normas de concordância vigentes, tomando como base os fragmentos do texto “*O primeiro beijo*”, analise as afirmativas a seguir.

- I. Na passagem “*A brisa fina, antes tão boa, agora ao sol do meio-dia tornara-se quente e árida [...]*” (10º§), os adjetivos sublinhados estabelecem concordância nominal com o núcleo do sujeito “*brisa*”.
- II. No trecho “[...] *havia pouco iniciara-se o namoro [...]*” (1º§), o verbo em destaque apresenta concordância verbal regular, uma vez que se flexiona no singular para concordar com o seu sujeito paciente – “*o namoro*”.
- III. No fragmento “*O ônibus parou, todos estavam com sede [...]*” (14º§), a forma verbal “*estavam*” encontra-se corretamente flexionada no plural para concordar com o pronome substantivo “*todos*”, que exerce a função de sujeito.
- IV. No recorte “[...] *havia colado sua boca na boca da estátua [...]*” (18º§), o pronome possessivo em destaque apresenta concordância nominal obrigatória com o possuidor (o protagonista masculino), o que justifica sua forma gramatical no contexto.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) I, II e III, apenas.
- E) I, III e IV, apenas.

Questão 03

Sobre a regência de termos e o uso da crase no conto, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () No fragmento “*Ficar às vezes quieto, [...]*” (7º§), o acento grave é obrigatório por tratar-se de uma locução adverbial de base feminina que exprime circunstância de tempo.
- () No trecho “[...] *conseguiu ser o primeiro a chegar ao chafariz [...]*” (14º§), a regência do verbo “*chegar*” exige a preposição “*a*”; caso o termo “*chafariz*” fosse substituído pela palavra “*fonte*”, o uso do acento indicador de crase passaria a ser facultativo.
- () Na passagem “[...] *colou-os ferozmente ao orifício [...]*” (15º§), o verbo “*colar*” rege um de seus complementos através da preposição “*a*”; assim, a substituição de “*orifício*” por “*abertura*” resultaria na fusão dessa preposição com o artigo feminino, exigindo a marcação da crase.
- () No recorte “[...] *ao penetrar pelo nariz [...]*” (10º§), a estrutura indica circunstância temporal; se fosse substituída pela locução proporcional “*à medida que*”, o acento indicador de crase seria facultativo, tendo em vista que a palavra “*medida*” não integra uma locução de base feminina obrigatória.

A sequência está correta em

- A) V, V, F, F.
- B) V, F, V, F.
- C) V, F, F, V.
- D) F, V, V, F.
- E) F, F, V, V.

Questão 04

Considere o seguinte fragmento do texto: *“Intuitivamente, confuso na sua inocência, sentia intrigado: mas não é de uma mulher que sai o líquido vivificador, o líquido germinador de vida...”* (19º§). Sobre a construção de sentido desse trecho e sua relação com a totalidade da narrativa, é correto afirmar que:

- A) A estrutura interrogativa do pensamento do jovem revela um conflito de ordem religiosa sobre a origem da vida.
- B) A confusão da personagem deriva da impossibilidade de distinguir a realidade concreta da excursão escolar das alucinações causadas pela sede extrema.
- C) O uso das expressões *“líquido vivificador”* e *“germinador de vida”* reforça a percepção do jovem sobre a natureza estática e sem vida da escultura de pedra.
- D) A *“inocência”* mencionada pelo narrador é o elemento que impede o jovem de compreender a transformação física e emocional que ocorre em seu próprio corpo.
- E) O estranhamento do protagonista diante do paradoxo de receber *“vida”* (água) de um objeto inanimado (pedra) precipita sua descoberta sobre a complexidade da existência.

Questão 05

Em *“O primeiro beijo”*, Clarice Lispector utiliza uma seleção vocabular precisa para descrever o despertar sensorial do protagonista. Nesse contexto, analise os processos de formação das palavras destacadas nos fragmentos e assinale a alternativa correta.

- A) A palavra *“inesperada”* – em *“[...] na curva inesperada da estrada, [...]”* (13º§) – exemplifica o processo de derivação parassintética.
- B) Os vocábulos *“namoro”* – em *“[...] iniciara-se o namoro [...]”* (1º§) – e *“sobressalto”* – em *“[...] descoberta com sobressalto”* (23º§) – são formados por derivação regressiva.
- C) O termo *“entreabriu”* – em *“De olhos fechados entreabriu os lábios [...]”* (15º§) – apresenta um prefixo que indica um movimento de oposição em relação à ação de abrir.
- D) Os advérbios *“lentamente”* – em *“[...] engolia-a lentamente, [...]”* (9º§) – e *“ferozmente”* – em *“[...] colou-os ferozmente ao orifício [...]”* (15º§) – são formados por derivação sufixal a partir de substantivos.
- E) Os vocábulos *“vivificador”* e *“germinador”* – em *“[...] o líquido vivificador, o líquido germinador de vida [...]”*, (19º§), são formados a partir do processo de composição por aglutinação de dois radicais verbais.

Questão 06

A expressividade da prosa de Clarice Lispector em *“O primeiro beijo”* fundamenta-se, muitas vezes, no emprego de vocábulos que assumem funções gramaticais específicas conforme o contexto narrativo. Sobre as classes de palavras de termos tal como utilizados no texto, assinale a alternativa correta.

- A) No trecho *“[...] e ambos andavam tontos, [...]”* (1º§), o termo destacado funciona como adjetivo, expressando um estado circunstancial do sujeito.
- B) No fragmento *“[...] e apenas sentir era tão bom.”* (7º§), a palavra em destaque é utilizada como verbo pleno, uma vez que indica uma ação dotada de tempo e modo.
- C) No segmento *“[...] viu que era a estátua de uma mulher [...]”* (17º§), a partícula destacada é um pronome relativo, cumprindo o papel de retomar o substantivo antecedente.
- D) No trecho *“E mesmo a sede começara: [...]”* (8º§), o vocábulo destacado opera como adjetivo, de valor reforçativo, enfatizando a natureza da sede da personagem.
- E) Na expressão *“[...] de coração batendo fundo, [...]”* (23º§), o vocábulo destacado atua como adjetivo em função atributiva, que qualifica a estrutura física do órgão cardíaco do protagonista.

Questão 07

A estrutura sintática dos períodos no conto reflete a complexidade das percepções do protagonista. Nesse contexto, analise a classificação das orações nos trechos e assinale a alternativa que apresenta a análise correta.

- A) No trecho *“[...] colou-os ferozmente ao orifício de onde jorrava a água.”* (15º§), a oração iniciada pelo termo *“onde”* classifica-se como subordinada adjetiva explicativa.
- B) No fragmento *“[...] a pouca saliva que pacientemente juntava.”* (10º§), a oração introduzida pelo pronome relativo destacado classifica-se como subordinada substantiva objetiva direta.
- C) No recorte *“Lembrou-se de que realmente ao primeiro gole sentira nos lábios um contato gélido, [...]”* (17º§), a oração destacada classifica-se como subordinada substantiva completiva nominal.
- D) No período *“O ônibus parou, todos estavam com sede mas ele conseguiu ser o primeiro a chegar ao chafariz de pedra, [...]”* (14º§), a oração introduzida pela conjunção *“mas”* classifica-se como subordinada adverbial adversativa.
- E) Na passagem *“[...] e viu que era a estátua de uma mulher e que era da boca da mulher que saía a água.”* (17º§), as estruturas iniciadas pelos termos destacados classificam-se como orações subordinadas substantivas objetivas diretas.

Questão 08

Analise o emprego do termo destacado no fragmento a seguir: *“Era a vida voltando, e com esta encharcou todo o seu interior arenoso até se saciar.”* (16º§). Sobre o valor semântico assumido pelo adjetivo *“arenoso”* no contexto da narrativa, é correto afirmar que:

- A) Indica a rusticidade do ambiente geográfico onde ocorre a pausa da viagem, salientando a simplicidade do cenário da serra descrita no texto.
- B) Refere-se à textura áspera da estátua de pedra do chafariz, projetando a qualidade tátil do objeto inanimado na percepção sensorial do garoto.
- C) Caracteriza uma patologia física resultante da desidratação severa sob o sol, indicando o quadro clínico enfrentado pelo personagem no momento da parada.
- D) Descreve as condições geológicas da estrada e o acúmulo de poeira na serra, expondo a natureza mineral do terreno percorrido durante a subida da excursão.
- E) Sugere um estado de aridez existencial e sede metafórica do protagonista, evidenciando a carência subjetiva que o contato com o elemento vital preenche na personagem.

Questão 09

Considerando os aspectos fonéticos e ortográficos de palavras extraídas do texto, analise as afirmativas a seguir.

- I. A palavra *“água”* é uma paroxítona terminada em ditongo crescente.
- II. O vocábulo *“chafariz”* apresenta uma correspondência entre o número de letras e o número de fonemas.
- III. No termo *“algazarra”*, verifica-se a presença de um dígrafo consonantal, enquanto no vocábulo *“primeiro”* identifica-se um ditongo decrescente oral.
- IV. As palavras *“atônito”* e *“árida”* pertencem à mesma classificação quanto à posição da sílaba tônica, sendo ambas obrigatoriamente acentuadas por serem proparoxítonas.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) I, II e III, apenas.
- E) I, III e IV, apenas.

Questão 10

No início do conto, o protagonista afirma categoricamente à sua namorada: *“– Sim, já beijei antes uma mulher.”* (4º§). Considerando a economia interna do texto e o encadeamento dos fatos narrados no *flashback*, a afirmação do personagem, no contexto de sua descoberta, encontra sustentação lógica estritamente no seguinte fragmento:

- A) *“Ele tentou contar toscamente, não sabia como dizer.”* (6º§), evidenciando que a dificuldade de expressão verbal confirma a existência de uma experiência amorosa prévia real.
- B) *“O instinto animal dentro dele não errara: na curva inesperada da estrada [...] estava... O chafariz [...]”* (13º§), demonstrando que a pulsão física primária se sobrepõe à natureza inanimada do objeto encontrado.
- C) *“Lembrou-se de que realmente ao primeiro gole sentira nos lábios um contato gelido, mais frio do que a água.”* (17º§), comprovando que a percepção tátil imediata foi processada como um beijo humano antes mesmo da visão da estátua.
- D) *“[...] mas não é de uma mulher que sai o líquido vivificador, o líquido germinador de vida ... Olhou a estátua nua.”* (19º§); *“Ele a havia beijado.”* (20º§), compondo uma premissa de que a função biológica (gerar vida) define a identidade do ser beijado.
- E) *“Até que, vinda da profundidade de seu ser, jorrou de uma fonte oculta nele a verdade.”* (25º§); *“Ele se tornara homem.”* (26º§), confirmando que a mudança de *status* social do jovem é a premissa para corroborar retroativamente a sua declaração.

Texto para responder às questões de 11 a 14.

Ética profissional na arquitetura e urbanismo: compromisso com o espaço, a sociedade e o futuro

A arquitetura e o urbanismo, mais que práticas técnicas ou artísticas, configuram-se como atividades de profundo impacto social. O espaço construído influencia a forma como vivemos, nos relacionamos e exercemos nossos direitos de cidadania. Diante dessa relevância, a ética profissional torna-se eixo central da atuação do arquiteto e urbanista, orientando decisões que ultrapassam o campo estético e alcançam dimensões sociais, ambientais, econômicas e culturais. Ser ético, na arquitetura, é compreender que cada projeto representa também uma intervenção na vida coletiva.

A ética profissional reúne princípios que orientam o comportamento do indivíduo em relação à sociedade e à sua profissão. No campo da arquitetura e do urbanismo, ela se concretiza em normas, condutas e compromissos definidos no Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR).

Entre os deveres fundamentais do código estão o respeito ao interesse público, o zelo pela segurança, acessibilidade e bem-estar dos usuários, a responsabilidade ambiental e a defesa da dignidade da profissão. O exercício profissional deve ser pautado pela honestidade intelectual, pela transparência nas relações e pela valorização do trabalho técnico, artístico e científico.

Assim, a ética na arquitetura não se limita ao cumprimento de leis ou normas técnicas: envolve a capacidade crítica de avaliar as consequências das próprias decisões e de agir com integridade, mesmo sob pressões econômicas, políticas ou mercadológicas.

O arquiteto e urbanista é agente de transformação do espaço e, conseqüentemente, da sociedade. Suas decisões projetuais podem promover inclusão ou exclusão, sustentabilidade ou degradação, valorização cultural ou apagamento da memória coletiva.

A ética profissional exige que cada projeto considere seu impacto ambiental, respeite o território e promova o uso racional dos recursos naturais. Projetar de forma ética implica consciência ecológica e compromisso com soluções sustentáveis, acessíveis e socialmente justas.

A dimensão social da ética envolve o compromisso com o direito à cidade, conceito amplamente defendido por Henri Lefebvre e incorporado às políticas urbanas contemporâneas. O arquiteto ético compreende que seu trabalho deve contribuir para cidades mais democráticas, inclusivas e equitativas.

O exercício profissional apresenta inúmeros desafios éticos. Entre eles, destacam-se conflitos entre o interesse privado e o público; plágio e apropriação indevida de autoria em projetos e concursos; concorrência desleal, com práticas que desvalorizam o trabalho técnico; relações com o poder público que exigem transparência e integridade; e a responsabilidade técnica diante de irregularidades que possam comprometer a segurança das pessoas ou o patrimônio ambiental e cultural.

Essas situações exigem do profissional não apenas conhecimento técnico, mas sensibilidade ética, discernimento e coragem moral para tomar decisões orientadas pelo bem coletivo.

A ética profissional é também um compromisso com as gerações futuras. Em meio à crise climática, à urbanização desigual e à pressão crescente sobre os recursos naturais, arquitetos e urbanistas precisam adotar uma postura ética voltada à sustentabilidade e à justiça socioambiental.

A formação ética, iniciada na universidade e aprofundada ao longo da carreira, deve acompanhar a evolução da sociedade e das tecnologias. A ética não é estática: renova-se conforme emergem novos dilemas e demandas. Ser ético, portanto, é aprender continuamente, repensar práticas e agir com responsabilidade diante das transformações do mundo contemporâneo.

A ética profissional na arquitetura e no urbanismo constitui o alicerce da credibilidade e da relevância social da profissão. Ela orienta o arquiteto e urbanista a compreender seu papel como mediador de valores humanos, ambientais e culturais.

Atuar de forma ética é reconhecer que cada decisão projetual interfere na vida de pessoas e comunidades. É defender a dignidade da profissão, valorizar o conhecimento técnico e agir com compromisso social.

Somente com base na ética é possível construir cidades mais justas, sustentáveis e belas – espaços que expressem não o poder de poucos, mas o direito de todos à vida urbana com qualidade.

(Por Teresinha, Melo. Disponível em: <https://caubr.gov.br/etica-profissional/>. Adaptado. Acesso em: abril de 2026.)

Questão 11

No trecho ***“Projetar de forma ética implica consciência ecológica e compromisso com soluções sustentáveis, acessíveis e socialmente justas.”*** (7º§), sobre as orações e termos que compõem o período, assinale a afirmativa correta.

- A) O termo *“projetar”* introduz uma oração subordinada substantiva subjetiva.
- B) O segmento *“de forma ética”* caracteriza-se como oração subordinada adverbial modal.
- C) Os adjetivos *“sustentáveis, acessíveis e socialmente justas”* formam uma oração subordinada adjetiva restritiva.
- D) A estrutura *“consciência ecológica e compromisso”* classifica-se como oração subordinada adverbial consecutiva.
- E) O trecho *“implica consciência ecológica e compromisso”* constitui oração subordinada substantiva objetiva direta.

Questão 12

Com base na articulação das ideias apresentadas no texto sobre a natureza da ética profissional na arquitetura e urbanismo, assinale a alternativa que traduz corretamente a premissa central defendida pela autora.

- A) A ética profissional configura-se como um conjunto estático de normas disciplinares, restringindo o papel do arquiteto à observância rigorosa do Código de Ética e Disciplina do CAU/BR.
- B) A formação ética do profissional é uma etapa concluída no ambiente universitário, ratificando a ausência de um aprendizado contínuo frente às transformações tecnológicas e aos novos dilemas da sociedade.
- C) A credibilidade da arquitetura fundamenta-se na erudição artística e no sucesso mercadológico dos projetos, negligenciando o impacto das decisões individuais na construção da memória coletiva e da cidadania.
- D) O exercício ético na profissão transcende a conformidade técnica e estética, identificando na capacidade crítica e na coragem moral do agente os fundamentos para a promoção do bem comum e da justiça social.
- E) A responsabilidade social do urbanista circunscreve-se à aplicação de soluções sustentáveis e ecológicas, desconsiderando as pressões políticas e econômicas que moldam a ocupação do território urbano contemporâneo.

Questão 13

Em *“Somente com base na ética é possível construir cidades mais justas, sustentáveis e belas – espaços que expressem não o poder de poucos, mas o direito de todos à vida urbana com qualidade.”* (16º§), a partir da análise semântica e discursiva, depreende-se que:

- A) A expressão *“vida urbana com qualidade”* refere-se ao cumprimento de índices econômicos e financeiros por parte dos gestores públicos.
- B) A autora estabelece uma contraposição entre o *“poder de poucos”* e o *“direito de todos”*, tendo a ética como baliza para a democratização do espaço urbano.
- C) O uso da palavra *“somente”* indica que a ética é uma condição secundária, embora desejável, para a construção de cidades justas, sustentáveis e esteticamente belas.
- D) O texto sugere que a beleza estética das cidades é uma consequência objetiva do acúmulo de poder econômico, em detrimento do compromisso social do arquiteto.
- E) O travessão é utilizado para introduzir uma oração subordinada adverbial comparativa que reduz a importância do poder econômico frente o direito de todos à vida urbana com qualidade.

Questão 14

Considerando que no 1º§ do texto a autora utiliza diferentes sinais de pontuação para organizar o fluxo de ideias, sobre o emprego da pontuação, assinale a alternativa correta.

- A) No trecho *“[...] arquiteto e urbanista, orientando decisões [...]”*, a vírgula é facultativa, uma vez que isola uma oração subordinada adjetiva restritiva reduzida de gerúndio.
- B) Caso fosse inserido um sinal de dois-pontos logo após a palavra *“decisões”*, a estrutura sintática subsequente manteria, obrigatoriamente, a concordância original sem necessidade de ajustes gramaticais.
- C) No trecho *“A arquitetura e o urbanismo, mais que práticas técnicas ou artísticas, configuram-se como atividades [...]”*, as vírgulas são utilizadas para isolar um adjunto adverbial deslocado de curta extensão.
- D) O ponto final utilizado após *“[...] intervenção na vida coletiva.”* poderia ser substituído por um ponto e vírgula, desde que a letra inicial da palavra seguinte fosse mantida em maiúsculo para preservar a ênfase.
- E) Na passagem *“[...] influencia a forma como vivemos, nos relacionamos e exercemos nossos direitos [...]”*, o emprego das vírgulas se dá pela necessidade de separar elementos de mesma função sintática em uma enumeração.

Questão 15



(WATTERSON, B. *Os dias estão todos ocupados: as aventuras de Calvin e Haroldo*. Trad. Alexandre Boide. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2011.)

A tira de Bill Watterson utiliza o diálogo entre Calvin e Haroldo para confrontar perspectivas existenciais e biológicas. Sobre a construção de sentido e os aspectos gramaticais da tira, assinale a afirmativa correta.

- A) O humor no segundo quadro deriva da ambiguidade do verbo “melhorar”, que é empregado por Haroldo para indicar uma limitação evolutiva intrínseca à espécie dos tigres.
- B) A resposta final de Haroldo configura um raciocínio equivocado, visto que ele utiliza um argumento de autoridade biológica para invalidar o sofrimento emocional demonstrado por Calvin.
- C) A locução verbal “tem que” (1º quadro) estabelece uma relação de obrigatoriedade imposta pelo amadurecimento social, que é subvertida no desfecho pela pragmática predatória de Haroldo.
- D) No último quadrinho, a oração “[...] que azar os meus pais terem nascido humanos” exerce a função sintática de objeto direto, complementando o sentido de um verbo de sentimento oculto no enunciado.
- E) O silêncio no terceiro quadrinho funciona como um recurso sintático de elipse, omitindo informações elementares para que o leitor compreenda a mudança de humor do personagem principal da tira, o menino.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Questão 16

Determinado arquiteto é capaz de desenvolver integralmente um projeto em 24 dias, caso trabalhe de forma individual. Considere que ele iniciou a atividade e atuou sozinho durante 3 dias, sendo posteriormente substituído por outro arquiteto, que deu continuidade ao trabalho também de forma individual por 6 dias. Após esse período, ambos passaram a trabalhar simultaneamente por mais 3 dias, quando, então, finalizaram o projeto. Com base nessas informações, em quanto tempo o segundo arquiteto conseguiria concluir esse mesmo projeto trabalhando sozinho?

- A) 12.
- B) 16.
- C) 18.
- D) 20.
- E) 24.

Questão 17

Determinado arquiteto iniciou o mês com uma quantia previamente reservada para a aquisição de materiais necessários à execução de um projeto. Ao longo do desenvolvimento da obra, o processo foi dividido em três etapas sucessivas e, em cada uma delas, ele utilizou exatamente $\frac{1}{3}$ do valor disponível naquele momento para a compra de insumos. Após a conclusão dessas etapas, o arquiteto ainda precisou efetuar o pagamento de uma taxa administrativa no valor de R\$ 37,00. Finalizadas todas as despesas, verificou-se que ainda restavam R\$ 27,00 do valor inicial. De acordo com essas informações, qual era o valor inicial?

- A) R\$ 162,00.
- B) R\$ 180,00.
- C) R\$ 192,00.
- D) R\$ 216,00.
- E) R\$ 243,00.

Questão 18

Durante um levantamento realizado pelo CAU/CE, 180 arquitetos participaram de cursos de atualização em três áreas: Projeto Sustentável; Regularização Urbana; e Patrimônio Histórico. Sabe-se que todos participaram de pelo menos um curso e que:

- 20 participaram apenas do curso de Projeto Sustentável;
- 30 participaram apenas do curso de Patrimônio Histórico;
- 100 participaram do curso de Projeto Sustentável;
- 40 participaram dos cursos de Projeto Sustentável e Regularização Urbana;
- 35 participaram dos cursos de Regularização Urbana e Patrimônio Histórico; e
- 10 participaram dos três cursos.

Considerando as informações, o número de arquitetos que participou exatamente de dois cursos é:

- A) 65.
- B) 75.
- C) 85.
- D) 95.
- E) 105.

Questão 19

Durante uma reunião técnica promovida pelo CAU/CE, estavam presentes no auditório profissionais de duas categorias distintas: arquitetos e urbanistas. Considere que não há indivíduos que pertençam simultaneamente aos dois grupos. No primeiro intervalo da reunião, deixaram o auditório 8 arquitetos e 4 urbanistas, passando a quantidade de urbanistas presentes corresponder à metade do número de arquitetos. No segundo intervalo, não houve saídas, mas ingressaram 2 arquitetos e 10 urbanistas, fazendo com que, nesse momento, o número de arquitetos se tornasse igual ao número de urbanistas. Diante dessas informações, qual era o número total de participantes presentes no início da reunião?

- A) 36.
- B) 40.
- C) 44.
- D) 48.
- E) 52.

Questão 20

Determinado arquiteto está desenvolvendo um sistema de revestimento para fachadas, no qual a quantidade de módulos utilizados em cada etapa segue um padrão em que as diferenças entre termos consecutivos formam uma progressão aritmética de razão 3. Durante o planejamento, ele registrou os seguintes valores:

Etapa 1: 4 módulos;

Etapa 2: 7 módulos;

Etapa 3: 13 módulos;

Etapa 4: 22 módulos; e

Etapa 5: 34 módulos.

Considerando que o padrão de crescimento se mantém nas próximas etapas, o número de módulos utilizados na etapa 8 será:

- A) 52.
- B) 58.
- C) 67.
- D) 79.
- E) 88.

CONHECIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E LEGISLAÇÃO CORRELATA**Questão 21**

Marta é servidora de carreira no CAU/CE. Durante o expediente, ela presencia seu colega de setor, Pedro, alterando deliberadamente dados no sistema interno para ocultar denúncias de exercício ilegal da profissão contra uma construtora pertencente a um parente dele. Sendo transigente com Pedro e também com o intuito de não prejudicar o ambiente de trabalho, Marta não denuncia o caso. Por sua vez, Marta usa parte do seu tempo de expediente para utilizar os computadores do Conselho em estudos para outro concurso público que almeja. À luz do Código de Ética Profissional (Decreto nº 1.171/1994), sobre as ações de Marta, assinale a afirmativa correta.

- A) A conduta de Marta de estudar durante o expediente é tolerada eticamente, desde que ela cumpra suas horas de expediente, não se configurando desvio de finalidade a busca por conhecimento.
- B) Marta agiu de forma ética ao preservar a paz no ambiente de trabalho, pois a solidariedade entre colegas é um princípio basilar do serviço público, cabendo apenas à chefia a fiscalização dos atos de Pedro.
- C) Marta falhou eticamente ao estudar durante o expediente, mas sua postura quanto a Pedro é amparada pela regra ética que proíbe o servidor de prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores.
- D) Marta infringiu deveres fundamentais do servidor ao ser conivente com o erro do colega em razão de espírito de solidariedade e, também, por não desempenhar, a tempo, as atribuições de seu cargo, prejudicando o rendimento do setor.
- E) O ato de não denunciar Pedro configura infração ética de Marta. Estudar para outro certame utilizando os equipamentos da autarquia corresponde a seu direito constitucional de acesso à educação, o que a isenta de reprovação deontológica.

Questão 22

O regime jurídico de responsabilização por atos de improbidade administrativa, disciplinado pela Lei Federal nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa (LIA), incide diretamente sobre os servidores do CAU/CE, quando agentes dos respectivos atos ilícitos. Sobre a caracterização estrutural, os elementos subjetivos e as disposições gerais dessa norma, assinale a afirmativa correta.

- A) Dentre as penalidades aplicáveis aos atos de improbidade que importam em enriquecimento ilícito do agente autárquico, a lei prevê a cassação dos seus direitos políticos.
- B) A configuração do ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário de uma autarquia admite a sua punição na modalidade culposa, desde que o dano aos cofres públicos seja grave, materialmente comprovado e irreversível.
- C) A pessoa que não detém a qualidade de agente público, mas induz ou concorre para a prática do ato, poderá responder isoladamente por improbidade administrativa; ainda que não tenha havido coautoria ou participação de agente público.
- D) Para fins de responsabilização por improbidade administrativa, é obrigatória a constatação da vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito dos atos tipificados na LIA, não bastando a mera voluntariedade do agente ou o simples fato de exercer função pública.
- E) A responsabilidade pela prática do ato de improbidade é de natureza civil e objetiva, prescindindo de comprovação de culpa *lato sensu*. Basta a demonstração do nexo causal entre a conduta do agente do Conselho profissional e a violação aos princípios da Administração Pública.

Questão 23

No âmbito do direito administrativo, em regra, a atuação das autarquias federais materializa-se por meio da edição de atos administrativos, dotados de prerrogativas estatais. Tomando por base as premissas conceituais consolidadas na doutrina brasileira sobre elementos ou requisitos, atributos e formas de desfazimento do ato administrativo, assinale a afirmativa correta.

- A) O atributo da presunção de legitimidade e veracidade dos atos administrativos possui natureza absoluta (*jure et de jure*), não admitindo prova em contrário pelo administrado enquanto o ato estiver vigente no ordenamento.
- B) Em regra, a revogação de um ato administrativo praticado de forma discricionária pela diretoria de uma autarquia opera efeitos *ex tunc*, retroagindo no tempo para invalidar os efeitos gerados desde a edição originária do ato.
- C) A imperatividade é atributo fundamental do ato administrativo pelo qual se impõe o ato ao administrado, independentemente da concordância deste; obrigatória para os atos administrativos negociais (licenças) e enunciativos (certidões).
- D) A “competência”, definida como o poder-dever outorgado ao agente para o desempenho da função pública, é inderrogável e absolutamente intransferível; sendo vedada em qualquer hipótese a delegação de atribuições no âmbito da Administração Pública Federal.
- E) O “motivo” do ato administrativo se caracteriza como a situação de fato e de direito que determina (ou autoriza) a sua prática, possuindo natureza eminentemente objetiva e não se confundindo com o “móvel”, que é a intenção psicológica e subjetiva do agente público.

Questão 24

Carlos, arquiteto devidamente inscrito no CAU/CE, envia um requerimento administrativo formal ao Conselho solicitando acesso a documentos e planilhas que detalhem o montante total de recursos públicos gastos pelo Conselho com uma campanha publicitária veiculada em jornais e TVs locais nos últimos seis meses. O CAU/CE indefere o pedido de forma oficial, alegando que os gastos com publicidade institucional são protegidos por sigilo estratégico e não dizem respeito a interesse privativo de Carlos. Inconformado, o arquiteto decide acionar o Poder Judiciário para ter acesso imediato a esses dados institucionais, que ele entende serem de manifesto interesse coletivo. Com base nos direitos e deveres individuais e coletivos, qual é o remédio constitucional adequado para garantir o direito de Carlos à obtenção dessas informações?

- A) Mandado de Injunção, uma vez que a recusa do CAU/CE demonstra uma lacuna normativa sobre como a autarquia deve prestar contas de seus gastos com publicidade.
- B) Ação Popular, pois o objetivo de Carlos é anular a campanha publicitária do CAU/CE, sendo esse meio adequado para exigir a exibição de documentos públicos em juízo.
- C) Habeas Corpus preventivo, caso Carlos sinta que o indeferimento da autarquia representa uma ameaça velada à sua liberdade de exercer a profissão de arquiteto no Estado.
- D) Habeas Data, pois se trata de um remédio destinado a garantir o acesso a qualquer dado ou informação que esteja em posse de entidades governamentais ou autarquias públicas.
- E) Mandado de Segurança, que visa proteger direito líquido e certo, não amparado por *Habeas Corpus* ou *Habeas Data*, de receber dos órgãos públicos informações de interesse coletivo ou geral, cujo sigilo não seja imprescindível à segurança do Estado.

Questão 25

Ana é servidora pública federal efetiva, ocupante do cargo de arquiteta fiscal no CAU/CE, submetida a uma carga horária de trinta horas semanais. Devido ao seu alto grau de especialização, ela prestou um novo concurso e foi aprovada para o cargo de professora adjunta de arquitetura em uma Universidade Federal (cargo de magistério), com carga horária de vinte horas semanais. As cargas horárias de ambos os cargos públicos são plenamente compatíveis e Ana pretende requerer a acumulação remunerada de ambos. Na mesma época, o sindicato dos servidores administrativos do CAU/CE deflagra uma greve por melhorias salariais. Diante da situação hipotética e, ainda, de acordo com as disposições constitucionais referentes à Administração Pública (Constituição Federal de 1988), assinale a afirmativa correta.

- A) Ana poderá optar pelo acúmulo desde que o cargo de arquiteta fiscal seja científico e, ainda, se a soma das remunerações não exceder o subsídio mensal do Governador do Estado do Ceará.
- B) A acumulação pretendida por Ana é inconstitucional, sendo permitida apenas a acumulação de dois cargos de professor; contudo, o direito de greve dos servidores é pleno e autoaplicável, não dependendo de lei específica.
- C) Ana fará jus à acumulação remunerada apenas se seu cargo público de arquiteta for considerado técnico ou científico, amoldando-se à exceção constitucional de acúmulo de um cargo de professor com outro técnico ou científico.
- D) Ana não poderá acumular os cargos. A Constituição Federal de 1988 veda, expressamente, a acumulação remunerada de cargos em autarquias federais com cargos em fundações ou universidades públicas, ainda que haja compatibilidade de horários.
- E) Nesse contexto, Ana terá direito à acumulação remunerada dos cargos, visto que esta é permitida quando se trata de um cargo público de qualquer natureza com outro de professor. Quanto à mobilização sindical, o direito de greve dos servidores é permitido pela Constituição Federal de 1988 desde que nos termos e nos limites definidos em lei específica.

Questão 26

Determinada autarquia pública federal, responsável pela manutenção de um parque urbano, foi acionada judicialmente após um visitante sofrer danos ao desrespeitar sinalizações de segurança e acessar uma área interdita. Em sua defesa, discute-se a existência de excludentes de responsabilidade, especialmente no que se refere à culpa da vítima. Com base no tema da culpa exclusiva e concorrente da vítima, analise as afirmativas a seguir.

- I. A culpa exclusiva da vítima rompe o nexo de causalidade, afastando o dever de indenizar por parte da Administração Pública.
- II. Quando houver culpa concorrente entre a vítima e o poder público, a responsabilidade do Estado será afastada integralmente.
- III. Na hipótese de culpa concorrente, a responsabilidade deve ser atenuada, com repartição proporcional dos prejuízos entre a vítima e o ente público.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) II e III, apenas.

Questão 27

João foi aprovado em concurso público e contratado por uma entidade da Administração indireta, com personalidade jurídica de direito privado, para exercer atividades administrativas, sendo submetido ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Considerando a situação hipotética apresentada, é correto afirmar que João é um:

- A) Agente político.
- B) Agente honorífico.
- C) Empregado público.
- D) Servidor temporário.
- E) Servidor público estatutário.

Questão 28

Uma empresa pretende expandir sua atuação no mercado público e, para isso, decidiu aprofundar seus estudos sobre a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), visando participar de processos licitatórios com maior segurança jurídica e competitividade. Durante essa análise, a equipe jurídica identificou que certo edital poderá prever a alocação de riscos entre contratante e contratado, sendo que, em determinadas situações, a inclusão da matriz de risco é obrigatória, garantindo maior equilíbrio contratual e previsibilidade na execução do objeto. Ao avançar nos estudos, verificou-se que a legislação estabelece hipóteses específicas em que o edital deverá, obrigatoriamente, contemplar a matriz de alocação de riscos. Considerando o disposto na referida legislação, são consideradas hipóteses em que a matriz de alocação de riscos é exigida, EXCETO:

- A) Adoção de regimes de contratação integrada.
- B) Adoção de regimes de contratação semi-integrada.
- C) Contratação referente a obras e serviços de grande vulto.
- D) Contratações de serviços comuns, independentemente do valor.
- E) Alocação de riscos decorre de hipóteses expressamente previstas na legislação, não sendo aplicável a todos os casos.

Questão 29

Considerando as disposições da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), que estabelece normas gerais para as contratações públicas e institui instrumentos voltados à transparência, à eficiência e ao controle das aquisições governamentais, especialmente no que se refere ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), assinale a afirmativa correta.

- A) A gestão do PNCP é realizada por representantes da União, sem participação dos demais entes federativos.
- B) A divulgação dos atos no PNCP é facultativa para os entes federativos, sendo obrigatória apenas para a União.
- C) O PNCP destina-se à realização de licitações eletrônicas, não contemplando a divulgação de documentos contratuais.
- D) O Comitê Gestor do PNCP é composto por oito representantes, distribuídos entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- E) O PNCP conterá informações como contratos e termos aditivos, atas de registro de preços e editais de licitação com seus anexos.

Questão 30

No âmbito do CAU/CE, o diretor de fiscalização determinou que seus subordinados adotassem novo procedimento de análise de denúncias, redistribuindo competências entre os setores e avocando temporariamente atribuições que antes eram exercidas por um chefe de divisão. Em momento posterior, ao constatar que um servidor deixou de cumprir ordem direta relacionada a esse novo procedimento, instaurou processo administrativo visando à aplicação de penalidade pela infração funcional. Com base na situação hipotética apresentada e nos conceitos de poder hierárquico e poder disciplinar, assinale a afirmativa correta.

- A) O poder hierárquico se restringe à emissão de ordens, não abrangendo a delegação ou avocação de competências administrativas.
- B) O poder disciplinar restringe-se à aplicação de penalidades a servidores públicos, não se estendendo a particulares com vínculo com a Administração.
- C) A aplicação de penalidades a servidores decorre do poder disciplinar, o qual pode ser exercido livremente pela Administração, independentemente de qualquer relação de hierarquia.
- D) A redistribuição de competências e a avocação de atribuições configuram exercício do poder disciplinar, enquanto a instauração de processo administrativo decorre do poder hierárquico.
- E) A emissão de ordens, a redistribuição de funções e a avocação de atribuições decorrem do poder hierárquico, enquanto a apuração de infração e eventual aplicação de penalidade configuram exercício do poder disciplinar.

LEGISLAÇÃO DO CAU/CE**Questão 31**

Determinado arquiteto e urbanista é contratado para elaborar o projeto de reforma de um edifício histórico. Após a entrega do projeto completo e aprovado, o proprietário decide contratar uma empresa construtora para a execução. Durante o processo, a construtora sugere modificações significativas no detalhamento técnico e na distribuição dos materiais especificados pelo autor, alegando otimização de custos. Acerca dos direitos autorais, do acervo técnico e das responsabilidades previstas na Lei nº 12.378/2010, assinale a afirmativa correta.

- A) O acervo técnico gerado pelo projeto constitui propriedade da empresa construtora contratada para a execução, cabendo ao arquiteto autor apenas o registro de sua participação como consultor.
- B) O arquiteto e urbanista que não participar de alterações realizadas em obra de sua autoria fica impedido de registrar laudo no CAU para fins de determinação de limites de sua responsabilidade profissional.
- C) A empresa responsável pela execução da obra possui o direito de alterar as especificações e o detalhamento constante do trabalho técnico sem a anuência do autor, de modo a adequá-lo à viabilidade financeira do cliente.
- D) As alterações em trabalho de autoria de arquiteto e urbanista, tanto no projeto quanto na obra dele resultante, demandam o consentimento por escrito da pessoa natural titular dos direitos autorais, ressalvada pactuação em contrário.
- E) Na hipótese de o projeto ter sido desenvolvido em regime de coautoria sem a especificação de diferentes níveis de responsabilidade, a responsabilidade recai unicamente sobre o autor principal indicado no Registro de Responsabilidade Técnica (RRT).

Questão 32

Sobre criação, organização e regime jurídico do CAU/BR e dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAUs), conforme o disposto, exclusivamente, na Lei Federal nº 12.378/2010, analise as afirmativas a seguir.

- I. O CAU/BR e os CAUs possuem como função orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, zelando pela observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional.
- II. O CAU/BR e os CAUs são configurados como autarquias dotadas de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, possuindo estrutura federativa.
- III. Os empregados do CAU/BR e dos demais CAUs Estaduais e do Distrito Federal são contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sendo a aprovação em concurso público condição para a contratação.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e II, apenas.
- E) II e III, apenas.

Questão 33

Determinado arquiteto e urbanista atuante em Fortaleza é alvo de uma denúncia formal que alega violação aos preceitos do Código de Ética e Disciplina. O processo é encaminhado ao setor administrativo do CAU/CE para a devida tramitação interna. Um servidor da autarquia, ao analisar o fluxo processual, deve identificar as atribuições da Comissão de Ética e Disciplina (CED-CAU/CE) e a forma como suas decisões interagem com as demais instâncias do Conselho. Com base nas disposições do Regimento Interno do CAU/CE, sobre o papel da CED-CAU/CE no tratamento deste caso, assinale a afirmativa correta.

- A) Compete à Comissão de Ética e Disciplina instruir, apreciar e deliberar sobre os processos de infrações ético-disciplinares, visando subsidiar a posterior apreciação e o julgamento por parte do Plenário do CAU/CE.
- B) Os membros integrantes da Comissão de Ética e Disciplina são designados pela Presidência por meio de Portaria, prescindindo de processo eletivo no âmbito do Plenário para a definição de sua composição anual.
- C) Caso a Comissão identifique falhas no Código de Ética e Disciplina do CAU/BR durante a instrução do caso, ela possui poderes para alterar o texto da norma, com validade imediata para a jurisdição do Ceará.
- D) A Comissão de Ética e Disciplina detém a competência para proferir a decisão final de mérito em processos ético-disciplinares, encerrando a fase de julgamento no âmbito estadual sem a necessidade de remessa ao Plenário.
- E) Por tratar-se de um órgão de natureza meramente consultiva, a Comissão de Ética e Disciplina é impedida de realizar a instrução de processos, limitando-se a sugerir temas para debate em eventos de valorização profissional.

Questão 34

Com base nas disposições da Resolução CAU/BR nº 28/2012 (Registro de Pessoa Jurídica) e da Resolução CAU/BR nº 167/2018 (Alterações de Registro de Pessoa Física), marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O deferimento do registro de uma pessoa jurídica no CAU está condicionado à compatibilidade de seus objetivos sociais com as atividades e os campos de atuação profissional da Arquitetura e Urbanismo.
- () A existência de dívidas ou débitos pendentes junto ao CAU funciona como um impeditivo legal para que o profissional realize a interrupção ou o desligamento (cancelamento por pedido) de seu registro.
- () A interrupção do registro profissional é um direito do arquiteto e urbanista que não pretende exercer a profissão por tempo indeterminado, sendo que tal ato não extingue o seu vínculo jurídico perante o Conselho.

A sequência está correta em

- A) F, V, F.
- B) F, F, V.
- C) V, V, V.
- D) V, V, F.
- E) V, F, V.

Questão 35

De acordo com as disposições da Lei Federal nº 12.378/2010, assinale a alternativa que define corretamente a função e a aplicação do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) no exercício da arquitetura e urbanismo.

- A) O RRT é o instrumento pelo qual o profissional transfere a titularidade de seu acervo técnico e seus direitos autorais para a sociedade prestadora de serviços.
- B) O RRT serve para identificar os responsáveis técnicos pelo empreendimento, fundamentando-se na definição da autoria e da coautoria dos serviços realizados.
- C) A eficácia do RRT independe do recolhimento de taxas, sendo o registro validado automaticamente no momento da inserção dos dados do projeto no sistema do CAU.
- D) A formalização do RRT é necessária para trabalhos de competência privativa, ficando o profissional dispensado dessa obrigação em atividades de atuação compartilhada.
- E) O RRT é um instrumento de natureza facultativa para atividades de consultoria e assessoria técnica, servindo como documento comprobatório de autoria para fins de registro de acervo técnico.

Questão 36

O arquiteto Dionísio está sendo alvo de um processo ético-disciplinar. Preocupado com a situação, busca conhecer qual é o rol de sanções ético-disciplinares previstas na Resolução CAU/BR nº 143/2017. Com base nesse documento, podem ser aplicadas a Dionísio:

- A) Censura por escrito; prestação de serviços comunitários na área de urbanismo; e suspensão do registro.
- B) Advertência reservada; proibição definitiva de participar de licitações públicas; e cancelamento do registro.
- C) Repreensão verbal em sessão plenária; multa de natureza tributária; e interrupção compulsória do registro.
- D) Advertência (nas modalidades reservada ou pública); suspensão do exercício da atividade; cancelamento do registro; e multa.
- E) Suspensão do exercício profissional em território estadual; advertência pública; e prestação de consultoria gratuita ao Conselho.

Questão 37

Paulo, diplomado no exterior por certa instituição de ensino superior de arquitetura e urbanismo, foi contratado por uma empresa cearense para prestar serviços técnicos específicos vinculados a um contrato de trabalho por tempo determinado no Brasil. Para exercer legalmente suas atividades durante esse período, ele solicita sua habilitação perante a autarquia. De acordo com a Resolução CAU/BR nº 18/2012, é correto afirmar que o registro a ser concedido é:

- A) Suspenso.
- B) Definitivo.
- C) Provisório.
- D) Temporário.
- E) Interrompido.

Questão 38

Para assegurar o cumprimento de sua finalidade institucional, o CAU/CE é organizado em diferentes instâncias. De acordo com o Regimento Interno do Conselho, integram o rol de órgãos deliberativos da autarquia:

- A) O Plenário; a Presidência; o Conselho Diretor; e as Comissões Permanentes (Ordinárias e Especiais).
- B) O Conselho Diretor e as instâncias externas representativas de docentes e instituições de ensino superior.
- C) Os Grupos de Trabalho e as Comissões Temporárias destinadas a atender demandas de caráter administrativo.
- D) O Colegiado das Entidades Estaduais de Arquitetos e Urbanistas do CAU/CE (CEAU-CAU/CE) e as Comissões Temporárias.
- E) As Unidades Organizacionais responsáveis pelos serviços técnicos e a Comissão de Ética e Disciplina, quando em função consultiva.

Questão 39

Com base nas Resoluções CAU/BR nº 75/2014 (Indicação da Responsabilidade Técnica) e nº 91/2014 (Registro de Responsabilidade Técnica – RRT), sobre as normas aplicáveis a tais procedimentos, analise as afirmativas a seguir.

- I. O RRT identifica legalmente o responsável pela realização de atividade técnica de arquitetura e urbanismo.
- II. O cancelamento do RRT é o procedimento obrigatório que o arquiteto deve realizar assim que o serviço registrado for finalizado.
- III. A indicação da responsabilidade técnica em documentos e placas de obras é um procedimento opcional, ficando a critério do profissional.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) I e II.
- E) II e III.

Questão 40

Apolo é um jovem profissional que obteve, em meados do mês de agosto, o registro profissional no CAU para iniciar sua carreira. Enquanto isso, Atena é a arquiteta responsável por uma empresa com natureza de pessoa jurídica de direito público, que presta serviços de consultoria técnica a particulares na área de urbanismo. Em um terceiro cenário, o arquiteto Hermes solicita a interrupção de seu registro ativo no mês de junho por motivos pessoais. Com base na Resolução CAU/BR nº 193/2020, sobre as anuidades devidas, assinale a afirmativa correta.

- A) O valor da anuidade de Apolo deve ser recolhido obrigatoriamente de forma integral, visto que a proporcionalidade aplica-se apenas aos casos de reativação de registros antigos.
- B) Se a empresa de Atena abrir uma filial situada na mesma Unidade da Federação da matriz, sem capital social destacado, essa filial deverá recolher uma anuidade integral ao CAU local.
- C) A empresa em que Atena atua, por possuir natureza de pessoa jurídica de direito público, está dispensada do pagamento de anuidade, independentemente de prestar serviços a terceiros.
- D) No caso de Apolo, que obteve o deferimento de seu registro em agosto, a anuidade do exercício será fixada em valor proporcional aos duodécimos correspondentes aos meses restantes do ano.
- E) Caso Hermes efetue o pagamento integral da anuidade no início do ano e interrompa seu registro em junho, não haverá direito ao ressarcimento proporcional dos meses em que o registro ficar inativo.

Questão 41

Com base nas disposições da Resolução CAU/BR nº 198/2020, no que se refere à classificação da gravidade das infrações ao exercício profissional para fins de aplicação de multas, trata-se de uma infração considerada de natureza gravíssima:

- A) Ausência ou utilização irregular de placa de identificação do exercício profissional no local de execução de obras ou serviços.
- B) Obstrução de atos de fiscalização que impeçam a atuação do agente de fiscalização do CAU no exercício de suas atribuições.
- C) Exercício ilegal da profissão, praticado por pessoa física (leigo ou graduado sem registro) ou por pessoa jurídica sem registro no Conselho.
- D) Omissão do nome do arquiteto e urbanista tecnicamente responsável por projeto ou serviço em documentos dirigidos ao público em geral.
- E) Indicação, em peças publicitárias ou outros elementos de comunicação, de informações em desacordo com o respectivo Registro de Responsabilidade Técnica (RRT).

Questão 42

O agente de fiscalização Hefesto realizou uma diligência em um canteiro de obras de responsabilidade do arquiteto Poseidon. Durante a vistoria, Hefesto constatou que Poseidon não havia efetuado o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) para a atividade de execução. Seguindo os procedimentos previstos na norma, Hefesto iniciou o fluxo documental para garantir a legalidade do exercício profissional. Com base na Resolução CAU/BR nº 198/2020, no que se refere aos documentos e peças fundamentais do processo de fiscalização, assinale a afirmativa correta.

- A) O termo de constatação é o documento privativo do agente de fiscalização, utilizado para registrar o julgamento de mérito da infração em primeira instância administrativa.
- B) O voto fundamentado é a peça elaborada pelo agente de fiscalização no momento da vistoria *in loco*, servindo como prova testemunhal para a aplicação da multa gravíssima.
- C) O auto de infração deve ser lavrado por Hefesto simultaneamente ao relatório de fiscalização, independentemente de prévia tentativa de regularização pelo profissional notificado.
- D) O relatório de fiscalização digital é a peça que possui a natureza de instaurar formalmente o processo administrativo de fiscalização, devendo conter a assinatura do denunciante.
- E) A notificação emitida por Hefesto integra as ações de natureza corretiva e visa possibilitar que Poseidon regularize a situação em desconformidade sem a aplicação imediata de penalidades.

Questão 43

Considerando o Regimento Interno do CAU/CE, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () O exercício do cargo de conselheiro do CAU/CE é honorífico, sendo vedado ao conselheiro titular e ao suplente assumirem cargo ou função administrativa no CAU durante o período de seu mandato.
- () Para o desempenho de atividades e funções específicas, o CAU/CE poderá instituir comissões temporárias, como órgãos consultivos, de acordo com os planos de ação e orçamento do CAU/CE e Planejamento Estratégico do CAU.
- () Compete ao Plenário do CAU/CE apreciar e deliberar sobre a orientação à sociedade a respeito de questionamentos sobre as atividades, atribuições profissionais e campos de atuação dos arquitetos e urbanistas no âmbito de sua jurisdição.

A sequência está correta em

- A) V, V, V.
- B) V, V, F.
- C) V, F, V.
- D) F, V, F.
- E) F, F, V.

Questão 44

O arquiteto e urbanista Hermes foi nomeado para ocupar cargo público na Administração municipal em sua área técnica de atuação. No exercício de suas novas funções, Hermes recebeu a incumbência de realizar o planejamento de uma nova praça pública, coletando os dados necessários para o estudo preliminar. Além disso, ele deverá realizar a fiscalização das obras de reforma de um teatro municipal e, ao término das atividades, elaborar um relatório com a divulgação técnica dos resultados e o controle de qualidade dos materiais aplicados. Com base na Resolução CAU/BR nº 21/2012, assinale a alternativa que descreve corretamente as atribuições profissionais envolvidas na atuação de Hermes.

- A) A supervisão, coordenação e gestão técnica são atribuições que exigem pós-graduação específica, não sendo permitido a Hermes exercê-las com base em sua formação generalista de arquiteto e urbanista.
- B) O desempenho de cargo ou função técnica no setor público é uma atribuição prevista na norma, a qual permite que Hermes realize o planejamento, a fiscalização de obras e a produção de divulgação técnica especializada.
- C) A coleta de dados, o estudo e o planejamento realizados por Hermes para a nova praça são considerados atividades de apoio administrativo, não estando contemplados no rol de atribuições profissionais do arquiteto e urbanista.
- D) A elaboração de orçamento e o controle de qualidade são atribuições exclusivas de profissionais da área de engenharia de produção, sendo vedado ao arquiteto e urbanista o desenvolvimento de análises e experimentações técnicas.
- E) A fiscalização de obras e a condução de serviços técnicos são atribuições que Hermes pode exercer apenas se estiver atuando na iniciativa privada, havendo vedação para o exercício dessas atividades no âmbito de cargo ou função técnica pública.

Questão 45

Com base no Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (Resolução CAU/BR nº 52/2013), no que se refere à sua estrutura, abrangência e funções deontológicas, assinale a afirmativa correta.

- A) A função coercitiva, que reprime os desacertos procedimentais, é classificada como a finalidade precedente e principal do Código em relação à função educacional preventiva.
- B) A aplicação das normas éticas e disciplinares afeta os profissionais que atuam como liberais autônomos, havendo dispensa de obediência para aqueles que ocupam cargos públicos.
- C) As recomendações presentes no Código possuem caráter punitivo direto, de modo que sua inobservância resulta na aplicação automática de sanção disciplinar ao profissional.
- D) Os termos do Código de Ética e Disciplina devem ser acatados por todos os arquitetos e urbanistas, abrangendo as diversas formas de contratação e situações de dependência hierárquica.
- E) As regras são definidas como normas de maior abrangência e caráter teórico abstrato, servindo para referenciar os agrupamentos de todas as orientações subordinadas do Conselho.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**CONHECIMENTOS DO CARGO****Questão 46**

A Lei nº 4.320/1964 estabelece normas gerais de direito financeiro para a elaboração e o controle dos orçamentos (PPA, LDO, LOA) e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Ela regula a receita, a despesa, os créditos adicionais e as demonstrações contábeis, sendo a base do orçamento público brasileiro. Sobre os estágios da receita pública previstos na Lei nº 4.320/1964, considere que uma receita ingressou nos cofres públicos no exercício financeiro, mas ainda não foi corretamente classificada no sistema contábil. Essa receita deve ser tratada como receita:

- A) Liquidada.
- B) A realizar, aguardando liquidação.
- C) Orçada, pois integra o orçamento aprovado.
- D) Realizada, desde que haja previsão orçamentária.
- E) Arrecadada, independentemente do reconhecimento contábil.

Questão 47

Alpheu, contador de determinado órgão federal, sempre deverá observar as legislações e normas aplicadas ao setor público. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, quanto à renúncia de receita tributária, quando instituída por lei específica, Alpheu deverá observar:

- A) Compensação automática por transferências intergovernamentais.
- B) Aprovação do Tribunal de Contas como condição suficiente de validade.
- C) Publicação em diário oficial, dispensada a análise de impacto orçamentário-financeiro.
- D) Dispensa de compensação, desde que o ente esteja acima do limite mínimo de arrecadação.
- E) Compensação por meio de medidas aptas a preservar o equilíbrio fiscal, conforme exigência legal.

Questão 48

As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) são padrões técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que convergem a contabilidade pública brasileira às normas internacionais (IPSAS), focando no patrimônio público e na transparência. Baseadas na estrutura conceitual, aplicam-se a todas as entidades públicas para elaboração de demonstrações contábeis. Segundo as NBC TSP, o reconhecimento de um ativo deve considerar, em essência:

- A) A obrigatoriedade de liquidação financeira no curto prazo.
- B) A previsão legal de uso do recurso, independentemente de controle ou mensuração.
- C) A existência de custo histórico mensurável, ainda que sem controle pelo ente público.
- D) A evidenciação em notas explicativas, sem necessidade de reconhecimento patrimonial.
- E) O controle do recurso e a expectativa de geração de potencial de serviços ou benefícios econômicos futuros.

Questão 49

Claudete atua como diretora de uma autarquia federal e foi questionada por seus pares sobre a possibilidade de classificação de informações de forma sigilosa. De acordo com a Lei de Acesso à Informação (LAI), a classificação de informação como sigilosa por razão de interesse público exige:

- A) Manifestação prévia do particular interessado, em qualquer hipótese.
- B) Fundamentação legal e enquadramento nas hipóteses previstas na própria lei.
- C) Dispensa de motivação quando a informação estiver em sistema informatizado.
- D) Autorização irrestrita da autoridade máxima do órgão, sem necessidade de motivação.
- E) Presunção de sigilo permanente sempre que o conteúdo envolver decisão administrativa.

Questão 50

O orçamento público é o instrumento de planejamento que prevê as receitas e fixa as despesas do governo, garantindo o controle das contas. Em relação às classificações orçamentárias da despesa e da receita, a Lei nº 4.320/1964 estabelece categorias para a despesa pública. Representa corretamente uma classificação da despesa:

- A) Despesa corrente e despesa de capital.
- B) Despesa primária e despesa financeira.
- C) Despesa obrigatória e despesa discricionária.
- D) Despesa por dotação global e despesa por categoria econômica.
- E) Despesa por fonte de recursos e despesa por grupo de natureza.

Questão 51

Tomaz é contador de uma empresa de prestação de serviços, que registrou no mês de janeiro de 2026 o recebimento do valor de R\$ 60.000,00 proveniente de um contrato que será executado ao longo de doze meses, a iniciar no mês seguinte – fevereiro. Considerando a legislação e os princípios de contabilidade aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o tratamento contábil adequado para a situação de Tomaz é:

- A) Registrar a receita em dezembro, ao final do contrato.
- B) Registrar a receita apenas quando o pagamento for recebido.
- C) Não registrar a receita em janeiro, pois não há realização econômica.
- D) Registrar a receita proporcionalmente aos serviços prestados em janeiro.
- E) Registrar a receita integralmente em janeiro, quando o contrato foi firmado.

Questão 52

Uma sociedade empresária apresentou, em 31/12/2025, os seguintes saldos: ativo circulante de R\$ 300.000,00; ativo não circulante de R\$ 700.000,00; passivo circulante de R\$ 200.000,00; passivo não circulante de R\$ 250.000,00; e patrimônio líquido de R\$ 550.000,00. Considerando a estrutura do Balanço Patrimonial, assinale a afirmativa correta.

- A) O passivo total é superior ao ativo total.
- B) O patrimônio líquido está subavaliado em R\$ 50.000,00.
- C) O capital circulante líquido é negativo em R\$ 100.000,00.
- D) O ativo não circulante é inferior ao passivo não circulante.
- E) O ativo total é de R\$ 1.000.000,00 e a equação patrimonial está equilibrada.

Questão 53

Na auditoria de determinada autarquia pública federal, o auditor identificou que a gestão do órgão não implementou segregação adequada de funções no departamento financeiro, permitindo que um único funcionário controle tanto a aprovação de pagamentos quanto o registro contábil. Considerando os conceitos, os princípios e as normas de auditoria, a principal violação identificada neste caso hipotético é:

- A) Falta de independência do auditor.
- B) Falta de evidências suficientes para emitir opinião.
- C) Violação do princípio da continuidade das operações.
- D) Não conformidade com os princípios de materialidade.
- E) Ausência de controle interno efetivo sobre as operações financeiras.

Questão 54

Em relação à natureza jurídica do CAU/CE, analise as afirmativas a seguir.

- I. É uma associação privada.
- II. Exerce poder de polícia administrativa sobre a profissão do arquiteto.
- III. Possui imunidade tributária e seus funcionários são celetistas.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) II e III, apenas.

Questão 55

Sobre a prestação de contas do CAU/CE para o Tribunal de Contas da União (TCU), de acordo com a Instrução Normativa nº 84/2020, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A prestação de contas tem como finalidade demonstrar, de forma clara e objetiva, a boa e regular aplicação dos recursos públicos federais para atender às necessidades de informação dos cidadãos e seus representantes, dos usuários de serviços públicos e dos provedores de recursos, e dos órgãos do Poder Legislativo e de controle para fins de transparência, responsabilização e tomada de decisão.
- () A confiabilidade e a completude devem ser um princípio para a elaboração e a divulgação da prestação de contas, em que devem ser abrangidos todos os temas materiais, positivos e negativos, de maneira equilibrada e isenta de erros significativos, de modo a evitar equívocos ou vieses no processo decisório dos usuários das informações.
- () O Tribunal de Contas da União não tem a obrigação de manter a comunicação constante com os responsáveis pelos órgãos e pelas unidades que compõem o sistema de controle interno dos poderes da União, pois isso pode comprometer suas atuações relativamente às auditorias de contas.
- () Integram a prestação de contas as demonstrações contábeis exigidas pelas normas aplicáveis ao Conselho, acompanhadas das respectivas notas explicativas, bem como dos documentos e informações de interesse coletivo ou gerais exigidos em normas legais específicas que regem sua atividade.

A sequência está correta em

- A) V, V, F, V.
- B) V, F, V, F.
- C) F, V, V, F.
- D) F, F, F, V.
- E) V, F, V, V.

Questão 56

Ao realizar a conciliação bancária do CAU/CE, o contador verificou as seguintes informações referentes ao mês de janeiro:

Saldo conforme extrato bancário	R\$	15.000,00
Tarifa bancária debitada pelo banco e ainda não registrada na contabilidade	R\$	200,00
Depósitos realizados pela empresa e ainda não creditados pelo banco	R\$	1.800,00
Cheques emitidos e ainda não compensados	R\$	2.500,00

Com base somente nessas informações, qual o saldo correto da conta “Bancos” a ser apresentado na contabilidade do Conselho?

- A) R\$ 13.200,00
- B) R\$ 14.100,00.
- C) R\$ 14.300,00.
- D) R\$ 15.100,00.
- E) R\$ 16.100,00.

Questão 57

Considere que determinado indivíduo faz um financiamento no valor de R\$ 80.000,00 em vinte meses. Sabendo que o sistema de amortização aplicado é o de amortização constante (SAC) e que a primeira prestação do financiamento vence um mês após a sua aquisição, qual o valor do saldo devedor após o pagamento de quinze prestações?

- A) R\$ 20.000,00.
- B) R\$ 30.000,00.
- C) R\$ 40.000,00.
- D) R\$ 50.000,00.
- E) R\$ 60.000,00.

Questão 58

Uma empresa contratante de serviços enquadrados como cessão de mão de obra, nos termos da legislação previdenciária, recebeu nota fiscal no valor bruto de R\$ 120.000,00 de uma prestadora de serviços. Além disso, há as seguintes informações:

- A atividade está sujeita à retenção previdenciária;
- A prestadora não apresentou comprovação de opção pela desoneração da folha (CPRB);
- Não há materiais fornecidos com destaque na nota fiscal; e
- Não há deduções legais adicionais.

Com base na Lei nº 8.212/1991 e na Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022, qual o valor da retenção de INSS a ser efetuado pela empresa contratante?

- A) R\$ 9.600,00
- B) R\$ 11.400,00.
- C) R\$ 12.000,00.
- D) R\$ 13.200,00.
- E) R\$ 14.400,00.

Questão 59

Quanto às ferramentas de *Business Intelligence* (BI) na contabilidade, assinale a afirmativa correta.

- A) São incompatíveis com normas contábeis, pois alteram a estrutura dos demonstrativos financeiros obrigatórios.
- B) São utilizadas exclusivamente para emissão de notas fiscais eletrônicas e cumprimento de obrigações acessórias.
- C) Restringem-se à geração de relatórios estáticos, não permitindo análises interativas ou integração com múltiplas fontes de dados.
- D) Substituem integralmente os sistemas contábeis tradicionais, eliminando a necessidade de registros formais e escrituração contábil.
- E) Permitem a consolidação de dados de diferentes sistemas, possibilitando análises dinâmicas, criação de *dashboards* e apoio à tomada de decisão gerencial.

Questão 60

Em relação à Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), analise as afirmativas a seguir.

- I. Tem por finalidade informar à Receita Federal os débitos e créditos de tributos federais apurados pela pessoa jurídica.
- II. Substitui a necessidade de pagamento dos tributos federais declarados.
- III. É utilizada exclusivamente para declarar tributos estaduais, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) I e III.
- E) II e III.

ATENÇÃO



NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.





